

PAISAGEM, ESPAÇO E TERRITÓRIO¹

Adilson Franceline ALVES^{**}
Alexandre Domingues RIBAS^{***}
Luciano Z.P. CANDIOTTO^{****}
Marcos Aurélio SAQUET^{*****}
Roseli Alves dos SANTOS^{*****}

Resumo: Este texto revela aspectos de nossa preocupação teórico-conceitual em estudos geográficos. Acreditamos que os conceitos não engessam uma pesquisa científica, se trabalhados coerentemente e articulados com o mundo vivido. Desta forma, a ligação conceitual e articulada paisagem-espaço-território é *um caminho* para se compreender aspectos do *real* e, quem sabe, para se discutir e construir alternativas que possam amenizar a subordinação do trabalho e de trabalhadores.

Palavras-chave: paisagem; espaço; território; Geografia.

¹ Esse texto é resultado de uma série de leituras e reflexões produzidas no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR). Também, foi apresentado e debatido na II Jornada Científica da UNIOESTE, campus de Toledo/PR, em junho de 2003.

² Prof. Ms. no **Colegiado de Economia** Doutórica da UNIOESTE – Francisco Beltrão; doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

³ Prof. Ms. no Colegiado de Geografia da UNIOESTE – Francisco Beltrão.

⁴ Prof. Ms. no Colegiado de Geografia da UNIOESTE – Francisco Beltrão; doutorando em Geografia na UFSC.

⁵ Prof. Dr. no Colegiado de Geografia da UNIOESTE – Francisco Beltrão e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Presidente Prudente.

⁶ Prof. Ms. no Colegiado de Geografia da UNIOESTE – Francisco Beltrão; doutoranda em Geografia na FCT/UNESP – Presidente Prudente. Todos os autores são membros do GETERR (Grupo de Estudos Territoriais). E-mail: geterr@unioeste.br

Resumen: Este texto revela aspectos de nuestra preocupación teórico-conceptual en estudios geográficos. Nosotros creemos que los conceptos no endosan una investigación científica, si fueren trabajos coherentes y articulados con el mundo vivido. De esta manera, la conexión de concepto paisaje-espacio-territorio es un *camino* para entender aspectos de lo *real* y, quien sabe, discutir y construir alternativas que puedan animar a la subordinación del trabajo y de obreros.

Palabras-clave: paisaje; espacio; territorio; Geografía.

1. INTRODUÇÃO

Acreditamos que os conceitos de paisagem, espaço geográfico e território são fundamentais tanto para o entendimento da dinâmica socioespacial a partir da especificidade teórico-metodológica da abordagem geográfica, como na discussão e construção de alternativas para se efetivar uma (re) produção do espaço centrada na amenização (é possível um rompimento?) da subordinação hierárquica e estrutural do trabalho frente ao capital.

Nas últimas décadas, em decorrência da reestruturação produtiva do capital (pautada na acumulação flexível) e, por conseguinte, de sua sustentação sociopolítica e ideológica (*neoliberalismo*), acentuou-se, significativamente, os níveis de precarização da *classe-que-vive-do-trabalho*, de concentração de riquezas, de degradação ambiental, de desemprego estrutural, enfim, de mutilação das condições mínimas de uma vida digna.

Esses fatores nos motivam a refletir sobre novas formas de *sociabilidade* e, portanto, de apropriação e produção do espaço geográfico. Pois, este, sob o modo capitalista de produção, tem sua *essência* na *coisificação* do homem, ou seja, na subordinação e exploração da classe trabalhadora na *circunda* mercantil, e, no caráter *imediatista* e destrutivo dos recursos naturais.

152

A Geografia é uma ciência extremamente complexa e que, nos últimos anos, vem gerando diversos estudos consistentes e coerentes sobre a dinâmica socioespacial, denunciando e revelando suas contradições. Entretanto, acreditamos que há um hiato entre essa produção, de caráter mais acadêmico e a efetivação de uma intervenção direta na sociedade. Isso, também, justifica essa preocupação em produzir uma reflexão voltada à *praxis*, ou pelo menos, em apontar para esta indissociabilidade entre a interpretação e a atuação na *realidade*.

Obviamente, temos a clareza que tal questão não pode ser resolvida simplesmente e nem esgotada neste texto. Todavia, entendemos que a utilização dos conceitos destacados anteriormente é importante tanto para a interpretação e compreensão da dinâmica socioespacial contemporânea, como para a busca de mudanças frente a *ordem* estabelecida. Isto, porque a partir do desvendamento das contradições intrínsecas aos processos socioespaciais, torna-se possível dar um *salto* qualitativo da *aparência* à *essência* do fenômeno, possibilitando a produção de uma reflexão crítica que pode potencializar ações dirigidas e vinculadas à edificação de uma *nova base societária*.

Assim, entendemos que, nesse contexto, três questões são essenciais para nossa reflexão: 1) a importância de se interpretar a realidade a partir da utilização de conceitos vinculados diretamente à especificidade teórico-metodológica e epistemológica da Geografia; 2) os conceitos de paisagem, espaço geográfico e território são indissociáveis, ou seja, entendemos estes como momentos simultâneos da análise socioespacial. A realidade em si está para além de qualquer dimensão classificatória. Os conceitos são níveis diferenciados de apreensão do *real* e constituinte, portanto, momentos díspares, mas concomitantes, de sua interpretação; 3) a utilização de tais conceitos, como já evidenciamos, está para além de um exercício acadêmico; trata-se de um *caminho* para se pensar e concretizar uma intervenção na vida cotidiana. Não basta trocarmos um conceito por outro, atualizarmos. É preciso, no mesmo nível de importância, uma

153

nova leitura e uma nova *praxis* diária, de atuação na sociedade e na produção do espaço geográfico e do território.

2. PAISAGEM, ESPAÇO E TERRITÓRIO

No nosso entendimento, um dos pontos de partida da análise geográfica pode ser a *paisagem*, compreendida como a dimensão aparente da dinâmica socioespacial, isto é, aquilo que é possível observar pelo olhar humano. Apesar de haver diversas abordagens teóricas no âmbito da Geografia, podemos afirmar que esta, enquanto corpo de conhecimento sistematizado a partir dos preceitos científicos, volta-se ao estudo da dimensão *locacional* dos fenômenos.

Segundo Candiotto (2004), as categorias e conceitos geográficos sempre estiveram ligados à localização, pois a pergunta 'onde' sempre esteve na base da Geografia. Assim, tradicionalmente, o conhecimento geográfico ficou restrito a um conhecimento meramente descritivo, que não é suficiente. Este problema não é exclusivo da Geografia, pois outras ciências também têm dificuldades em ultrapassar as formas e entender os processos.

A Geografia foi institucionalizada no início do século XIX, na Alemanha. Entretanto, o saber geográfico já era produzido desde a antiguidade, justamente porque desde os tempos mais remotos diversos pensadores já produziam reflexões sobre a diferenciação espacial dos fenômenos, inicialmente motivados pelas diferentes formas de organização social e pelos aspectos físicos de cada lugar. Assim, a diferenciação locacional nutre epistemologicamente a Geografia.

No início do século XIX é que este saber até então produzido assume um *status* de ciência, sendo que os precursores desse processo, os prussianos Alexander von Humboldt e Karl Ritter, tiveram o mérito de produzir estudos sobre a dinâmica socioespacial estabelecendo ou identificando as leis gerais e necessárias entre a fisiologia dos lugares e a base física do Globo. Apesar das abordagens diferenciadas entre estes autores, o ponto de partida de

suas reflexões era a dimensão aparente/fisionômica do *reife*, a paisagem ou, a superfície terrestre.

Este conceito vem sendo estudado, cientificamente, no âmbito da Geografia, desde a metade do século XIX, quando Humboldt, o principal precursor da Geografia Científica e/ou Moderna, e outros pesquisadores da escola alemã, através da descrição e enumeração dos aspectos observáveis do meio (geralmente restritos aos fatores físico-naturais), visavam compreender sua morfologia e sua estrutura.

Para Humboldt, um autor cuja filiação filosófica perpassava tanto a racionalidade exacerbada do Iluminismo como a irracionalidade latente do Romantismo alemão, o homem seria apenas mais um elemento da paisagem. Essa carga naturalista em seus estudos, decorrente da sua formação acadêmica (botânica e geologia), explica essa concepção de paisagem como os aspectos físico-naturais visíveis ou passíveis de ser abarcados com a visão. O pensador prussiano objetivava compreender as similitudes ou diferenças localizacionais a partir da identificação das leis gerais da natureza. Essa dinâmica intrínseca à natureza física explicaria a fisiologia de cada paisagem.

Os conceitos de *paisagem natural* e *paisagem artificial* (esta, seria uma espécie de interação entre os aspectos naturais e humanos) foram atribuídos a Troll, porém, outras classificações surgiram com o intuito de compreender os vários tipos de paisagem (urbanas, rurais ou naturais). Percebemos que a própria *complexificação* das relações sociais e de sua relação intrínseca com a base físico-natural, levou a uma ampliação dos estudos sobre a paisagem, já que a "teitura" humboldtiana não diferenciava qualitativamente as formas espaciais (naturais e sociais) resultantes da produção do espaço. Provavelmente, as mudanças sociais que ocorriam levaram a uma superposição de paisagens, condicionando, portanto, a constituição de uma abordagem capaz de explicar esse novo contexto socioespacial.

Com a emergência da Ecologia na década de 1950, e a ampla aceitação da 'teoria geral dos sistemas' em vários ramos da ciência, o

conceito de *sistema* foi incorporado aos estudos da paisagem. A partir do conceito de *ecosistema*, utilizado por ecólogos, botânicos, zoológicos e biólogos, geógrafos de formação naturalista, representantes da chamada Geografia Física, decidiram pensar em um conceito geográfico pautado na teoria dos sistemas. Assim, a escola soviética, que emergiu no final do século XIX, liderada por Sochava, foi a primeira a utilizar o termo *geossistema* como um modelo e um conceito teórico aplicado à Geografia, que fundamentava-se na interpretação de qualquer paisagem. Sochava foi o responsável pela proposição do termo *geossistema* na década de 1960, porém sua análise restringia-se aos aspectos físicos e biológicos, de modo que o homem ainda não era considerado como integrante da natureza. Até 1960, podemos considerar que as bases da abordagem de Humboldt, que evidenciava os fenômenos da natureza como determinantes na composição e alteração do planeta, foram mantidas no pensamento geográfico mundial.

Ainda na década de 1960, a escola francesa, composta por geógrafos como Bertrand, Tricart e Caillieux, foi responsável pelo avanço teórico no que se refere ao *geossistema*, pois procurou entender a estrutura, o funcionamento e a dinâmica das paisagens. Para isso, foi necessário remeter-se a consideração das ações antropicas sobre o meio físico-químico-biológico, de fundamental importância para a compreensão da Geografia, e para a construção das bases epistemológicas (ou teórico-metodológicas) da ciência geográfica.

Por meio da análise integrada dos elementos bióticos (fauna, flora e microorganismos vivos), abióticos (relevo, substrato geológico, clima, diagenese), e da ação antropica (diversas ações do homem no ambiente) seria possível compreender os *geossistemas*. Desta forma, Bertrand (1968/1972) chamou de *potencial ecológico*, o resultado da ação combinada entre os elementos mais estáveis (abióticos), *exploração biológica*, que seriam formados pelos elementos bióticos, e a ação antropica, principal modificadora e desestruturadora do *geossistema*.

Para Bertrand (1968/1972, p.02):

156

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos dispartados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto mistável, de elementos físicos, biológicos e antropicos que, reunindo dialéticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto, em perpétua evolução. [...] É preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem "natural" mas da paisagem total interagindo todas as implicações da ação antropica.

Apesar da maior utilização da categoria (de análise) paisagem entre os geógrafos 'físicos', autores que partem de uma concepção mais vinculada a chamada "Geografia Crítica", que surgiu na "ala radical" da geografia regional francesa (Yves Lacoste, Pierre George etc.) também teceram considerações sobre a paisagem como categoria fundamental da Geografia na segunda metade do século XX.

O principal diferencial entre essas duas correntes, deu-se na definição do aspecto central na caracterização e diferenciação das paisagens, de modo que enquanto os geógrafos de formação naturalista destacavam os aspectos físicos, químicos e biológicos, os geógrafos 'críticos', que partiam do referencial teórico marxiano, davam maior ênfase às consequências das ações da sociedade na composição e transformação das paisagens. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, os processos de interferência do homem nos elementos bióticos e abióticos atingiram proporções inéditas, responsáveis por modificações na dinâmica das paisagens. Portanto, os geógrafos críticos procuraram entender a paisagem como expressão material da evolução da sociedade e do capitalismo.

Mesmo com a diferença de enfoque, acreditamos que os profissionais representantes da Geografia Física buscaram ampliar a análise do papel das ações antropicas na composição e alteração das paisagens. Um exemplo encontra-se na tese de Ribeiro (1989), que

157

utiliza o estudo da paisagem como o primeiro indicador para se entender a organização e a diferenciação espacial. O autor (1989, p.45), entende a paisagem como "a síntese concreta das relações entre a sociedade e a natureza, em sua estrutura e em sua dinâmica", e afirma que para se entender a dinâmica de uma determinada paisagem, deve-se ir além da observação e descrição dos fenômenos. Essa reflexão mostra alguns avanços para o entendimento do conceito de paisagem, pois coloca esta como o ponto de partida da análise geográfica e, ainda, como uma síntese concreta da dinâmica socioespacial, rompendo com a dicotomia simplista entre homem e natureza.

Buscando atualizar e integrar as principais categorias da análise geográfica, Santos (1996) diferencia a paisagem de configuração territorial e de espaço, entendendo-a como a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Ela também seria transtemporal, pois contém objetos passados e presentes, numa construção transversal. Este autor também parte do pressuposto que a paisagem é o ponto de partida do estudo geográfico, sendo uma parcela fragmentada do *real* possível de ser apreendida a partir da observação, ou seja, reforça a concepção de paisagem como dimensão aparente/epidêmica da dinâmica socioespacial. Também a entende como uma síntese concreta, sendo um conjunto de formas e objetos que expressam tempos e territórios diferentes.

Outra corrente teórica de destaque nos estudos da paisagem é aquela centrada no enfoque da percepção da mesma, onde a subjetividade do observador é de fundamental importância, pois cada pessoa observa e interpreta a paisagem conforme seus interesses, suas experiências vividas e suas concepções ideológicas. Tuan é considerado o geógrafo pioneiro nessa linha no cenário internacional, com obras como *Topofilia e Espaço* e *Lugar*. Essa abordagem teórico-metodológica contesta que a paisagem tenha sua *essência* na objetividade da materialidade fenomênica, afirmando que a *aparência* do *real* está diretamente vinculada à subjetividade, à dimensão senso-perceptível do sujeito que observa. Ou seja, a dimensão epidêmica não está no fenômeno, mas no "olhar" de quem

o observa. Vale ressaltar que, no Brasil, os trabalhos do grupo da UNESP de Rio Claro, liderado pelas professoras Lívia de Oliveira, Lucy M. Machado, entre outras, apresentam estudos sobre a paisagem a partir da ótica da percepção/subjetividade da mesma.

A partir do resgate desses diversos autores, ou melhor, dessas diversas abordagens teórico-metodológicas em torno da concepção de paisagem, podemos afirmar que esta nada mais é que a dimensão aparente/epidêmica da dinâmica socioespacial, um primeiro momento da análise do *real*. Ou seja, a sociedade, no seu processo de re-produção espacial, produz um determinado desenho, uma expressão paisagística, que aglutina formas, objetos, ações e processos de tempos e territórios distintos e superpostos.

Porém, como já desiacamos, o conceito de paisagem carrega em sua formulação a cristalização de diversas dicotomias: homem x natureza, natureza x história, objetividade x subjetividade, essência x aparência. Isso se explica porque a concepção que temos de paisagem está imbricada à própria herança secular do pensamento geográfico, centrada no paradigma positivista consolidado no século XIX, no qual o homem, a natureza e a história são compreendidos como elementos cuja existência está na não existencialidade conjunta (síntese) da totalidade social (RIBAS, et al., 1999).

Para evitar ou, pelo menos, minimizar a fossilização de tais dicotomias, entendemos que a paisagem não deve ser compreendida meramente como uma materialidade concreta cujos objetos expressam, de forma fragmentada, um movimento físico-mecânico. Ou seja, a paisagem deve ser entendida como a manifestação da dimensão perceptível da dinâmica socioespacial, a partir da relação dialética entre sujeito e objeto.

Essa é, no nosso entender, a *essência* da discussão. A paisagem enquanto dimensão aparente do *real*, dimensão esta que deve ser compreendida enquanto: a) objetividade inclusa na materialidade fenomênica (a *coisa* objetiva); b) momento e expressão fenomênica fixada por meio da prática da percepção do sujeito em contato com as formas observáveis, ou seja, o captar do movimento de um pensamento formal da própria *coisa* objetiva decorrente de um

“olhar” circunscrito a *pseudocoercedidade*, como afirmou Kosik (1995).

Apesar da importância da paisagem na Geografia, a compreensão e utilização de outros conceitos são fundamentais para qualificar uma análise geográfica comprometida com a dinâmica socioespacial.

A paisagem é o primeiro momento para o entendimento das contradições dos processos socioespaciais. Sair do aparente e buscar as múltiplas determinações que **dão** significado ao *desenho* paisagístico é o desafio e um dos principais objetivos do estudo geográfico. Para isso, outros conceitos são necessários e é com esse intuito que discutimos, a seguir, o conceito de espaço geográfico. Uma observação inicial é que o termo *espaço* é de uso **corrente**, sendo utilizado tanto no dia-a-dia como nas diversas ciências, como a Astronomia (espaço sideral), a Economia (espaço econômico), a Matemática (espaço topológico), a Psicologia (espaço pessoal) etc.

Para nós, no âmbito de nossas reflexões proeminentemente geográficas, o espaço geográfico é produto da dinâmica social. E relacionando-se entre si e com a natureza, que os homens, diariamente, produzem e se apropriam do espaço geográfico. Segundo Marx (1985), a natureza *trata* não constrói máquinas, rodovias, edificações, **telefone**, etc. Isto tudo é produto do cérebro, dos nervos, dos sentidos, dos braços humanos, enfim, do trabalho humano no processo de humanização da natureza.

No Modo Capitalista de Produção (MCP), considerando o movimento de rotação do capital, conforme Marx (1985), destacam-se dois momentos essenciais, que são os processos de *produção* e *circulação* de mercadorias. Estes se condicionam reciprocamente e constituem a re-produção do capital e a exploração do trabalhador imediato. Ambos, também, estão no espaço e contribuem à sua produção social. Não produz-se somente objetos materiais, porém, ao mesmo tempo, o espaço geográfico e o mundo das idéias.

A partir do processo social de produção e circulação de mercadorias, o homem produz o espaço, a paisagem, e re-produz-se a si mesmo, biológica e socialmente, re-produzindo a sociedade e o próprio

160

MCP. Na re-produção da sociedade os sujeitos são os próprios homens e suas relações sociais reciprocas. O resultado deste processo, ¹⁴⁸ as objetiváveis, são um momento da re-produção social do homem.

Marx, em os *Grundrisse*, ao referir-se ao processo social de produção e à re-produção da *sociedade burguesa*, afirma: “Neste movimento, tudo o que assume uma forma fixa, tal como o produto, etc., aparece somente como um momento chamado a desaparecer. O próprio processo imediato da produção é, aqui, um destes momentos” (vol II, p.121).

O espaço geográfico, urbano e agrário, reforça as relações sociais necessárias à re-produção do capitalismo. As contradições e desigualdades do espaço geográfico expressam as contradições e desigualdades sociais. Elas nascem da dialética socioespacial, que é mediada por relações sociais de dominação e exploração.

É o processo contraditório de re-produção da sociedade, que se materializa no ambiente construído através das atividades da vida cotidiana, que constitui a essência da dinâmica socioespacial.

O espaço, segundo Lefebvre (apud CORRÊA, 1995), é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. Mas além das questões econômicas, aspectos culturais também se manifestam nas feições socioespaciais. Assim, “[...] No espaço o homem projeta também a sua fantasia. As pirâmides, as catedrais, os locais de peregrinação, e tantos outros elementos dos lugares restam inacessíveis à lógica estreita do economicismo.” (MORAES, 1996, p.24)

As práticas espaciais, tanto materiais como ideológicas, expressam a dinâmica social. A produção social do espaço dá-se concomitantemente à apropriação e uso do espaço, seja ele urbano e agrário. Ambas se condicionam, produção e apropriação, em atividades especificamente capitalistas ou não e o trabalho é o elemento mediador desta relação. Não é só a produção, mas também a circulação de mercadorias que interfere na produção social do espaço geográfico.

Todas essas práticas que muitas vezes nos aparecem como desordenadas, como um caos, principalmente nas grandes cidades, têm em-si, um mediato, um fundo comum, que é o processo de re-produção

161

dos homens e da sociedade. Ou seja, a re-produção do capital, de forma ampliada, a partir da produção, circulação, troca e consumo de mercadorias. Harvey ao comentar a re-produção do MCP afirma: "O processo mascara e feticheiza, [...] cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida" (HARVEY, 1993, p.307).

É claro que o espaço geográfico não é somente produto do movimento do capital. E também (geo)político, ideológico, religioso, cultural, etc. Em cada momento, período ou lugar, uma ou mais destas dimensões pode predominar sobre as demais na constituição do espaço e na nossa vida diária.

Neste contexto, não são somente as forças produtivas que concretizam o MCP. Elas se interconectam com as relações de produção e com a *superestrutura*. Relações sociais que, na sociedade capitalista, são relações de dominação e exploração, tanto em atividades produtivas especificamente capitalistas como em atividades não capitalistas, sob trabalho familiar. No primeiro caso a exploração dá-se de forma clara, enquanto que no segundo, de forma disfarçada. O trabalho, mediador do processo de produção e apropriação social do espaço, por isso, de acordo com Marx (1984-), é trabalho *alienado*, negado. E são estas relações que são *coisificadas* pelas mercadorias produzidas e comercializadas.

Em suma, o espaço geográfico é produto e condição do desenvolvimento do MCP e seus aspectos culturais:

O entrelaçamento de simulacros da vida diária reflete no mesmo espaço e no mesmo tempo diferentes mundos (de mercadorias). Mas ele o faz de tal modo que *oculta* de maneira quase *perfeita* quaisquer vestígios de origem, dos processos de trabalhos que os produziram ou das relações sociais implicadas em sua produção. (HARVEY, 1993, p.271)

Os simulacros significam imitações, aparências, reproduções imperfeitas, incompletas. No mundo da mercadoria, estão presentes

162

mascarando e mistificando. Mascaram as relações produtivas de subordinação e exploração de trabalhadores (que incluem), a distribuição desigual, a troca desigual, a apropriação privada, a exclusão social e territorial, processos inerentes ao movimento de rotação e re-produção contínua do capital.

Nesse sentido, compreendemos o espaço geográfico, sumariamente, segundo Saquet (2003), como um produto da dinâmica socioespacial, ou seja, das relações sociais que os homens mantêm entre si, com a natureza *nata* (meio natural, sua natureza exterior) e consigo mesmo, com sua natureza interior. Este espaço é dia-a-dia re-produzido através do trabalho e demais atividades do homem e revela as contradições e desigualdades sociais. Porém, o espaço geográfico é, simultaneamente, condição dos processos sociais, ou seja, está vinculado com o próprio ordenamento da sociedade de classes e expressa as múltiplas determinações que dão conformação a um determinado processo de territorialização sob as forças predominantes do capital e seus aspectos culturais.

No entanto, os conceitos de paisagem e espaço geográfico, ao nosso ver, estão diretamente relacionados com o conceito de território. Há uma indissociabilidade para além do plano teórico, que está presente em nossa vida diária. Por isso, a importância da articulação conceitual, decorrente da miríade relacional de acontecimentos vividos em sociedade, e, espacializados e territorializados.

Nos estudos do território, na Geografia, destacamos alguns aspectos da abordagem, já clássica, realizada pelo pensador alemão Friedrich Ratzel, por ser o precursor; dos estudos de Claude Raffestin, geógrafo suíço, pelas marcas que tem deixado na Geografia brasileira e, das abordagens dos geógrafos brasileiros Rogério Haasbacht e Marcos Aurelio Saquet, pela consistência das argumentações, embora partindo de pressupostos teóricos diferentes.

Iniciemos por Ratzel. Como apontamos em Ribas (2003), em termos gerais, Friedrich Ratzel fundamenta sua análise geográfica nos pressupostos filosóficos positivistas. Seu método estava centrado na indução: observação, descrição, comparação e classificação. A

163

ciência geográfica, na concepção ratzeliana, é uma ciência empírica e de síntese.

O projeto teórico de Ratzel consistia em propor uma explicação global da humanidade, relacionando os estudos geográficos, históricos e etnográficos/antropológicos. Também, estava preocupado com a sistematização científica da Geografia, utilizando conceitos como extensão, posição, configuração e território.

Tentou fazer uma análise mostrando as conexões entre os fatos humanos na história da Terra. Por isso, argumenta em favor da compreensão da Terra como um *todo indivisível*. Porém, o próprio Ratzel divide a Geografia em Biogeografia, Geografia Física e Antropogeografia. Ou seja, quando Ratzel vai consolidar sua proposta de Geografia, utiliza como referencial o cientificismo positivista.

Nesse sentido, Ratzel compreende o espaço como palco: "[...] não se pode esquecer que todo acontecimento se faz no espaço, e por isso toda história possui seu teatro" (RATZEL, 1990, p.90).

Embora não haja, nos textos de Ratzel estudados, uma preocupação com a definição do conceito de território, notamos que este, ora aparece como sinônimo de ambiente, ora como solo, ora como Estado-Nação (este, foi o elemento central da Geografia Política de Ratzel). O território é trabalhado como um elemento fundamental à constituição e expansão do Estado-Nação.

O território é compreendido como Estado-Nação, a partir do momento em que há uma organização social para sua defesa. Para Ratzel (1990a), o Estado está intimamente ligado à população/habitantes e à uma área delimitada. Os habitantes vivem no solo, *apegalos*, retirando dele seu sustento e formando o Estado. Este mantém relações com o território, crescendo espacialmente ou não. O *crecimento espacial dos Estados* está ligado ao *crecimento dos povos* e, por isso, à questões culturais (religiosas...) e econômicas (comércio). Estes processos antecedem a expansão e domínio político de uma determinada área/território.

O território, desta forma, é entendido como substrato para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições

164

naturais. O território aparece como palco. Ratzel entende o território como recintos naturais, incluindo também a água e o clima.

Para Ratzel (1990 e 1990a), o território existe sem a presença do homem, desocupado (apolítico) ou com a presença deste e com o domínio do Estado (político). Faz, assim, uma abordagem conservadora da constituição do território, estreitamente ligada aos interesses do Estado alemão de sua época. Sucintamente, Ratzel não supera a visão naturalista de território, influenciado pelas ciências naturais.

Ao mesmo tempo, faz uma contribuição importante, quando deixa transparecer, claramente, que as relações entre sociedade e território são determinadas pelas necessidades de habitação e alimentação. Ou seja, a sociedade fixa-se, se enraiza no território e esta relação influencia a natureza do Estado. Como a sociedade está enraizada no território, quase sem modificá-lo, há necessidade de conquista de novos espaços, de espaços desocupados, vias ao desenvolvimento dos povos civilizados. E é justamente esta questão do *enraizamento*, uma das centrais na constituição do território. Evidentemente, podemos abordá-la de diferentes maneiras, porém, é sempre indispensável na formação territorial, juntamente com outros elementos, como as relações de poder e as redes de circulação e comunicação destacadas por Claude Raffestin.

Raffestin (1993), por sua vez, oferece-nos subsídios muito importantes para os estudos geográficos do território. Em sua abordagem, afirma, inicialmente, que espaço e território não são termos equivalentes e que "Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias" (RAFFESTIN, 1993, p.143).

O mesmo autor afirma que o espaço é anterior ao território, sendo este último resultado do processo de produção/apropriação do primeiro. Isso significa que "Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço" (RAFFESTIN, 1993, p.143). Assim, Raffestin compreende o espaço como um substrato, como um *palco*

165

que é apropriado, objetiva e subjetivamente, por um ator *sinagmático*. O território é a expressão concreta/abstrata do espaço produzido a partir da multidimensionalidade de uma rede de relações sociais parametrizadas no trabalho e marcadas pelo poder.

Para Ralfestin (1993, p. 144):

o território: é um espaço onde se projeta um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder.

Ralfestin também entende que o território assenta-se na construção de *malhas, nós e redes* e que é substantivado por um *campo de poder* a partir de práticas espaciais mediadas pelo *trabalho*. No território, dessa maneira, produz-se uma territorialidade, fruto das relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si. Este autor, sinaliza para uma compreensão do território, a partir de aspectos das dimensões política, econômica e cultural, destacando as duas primeiras.

Assim como no uso do conceito de território, Ralfestin (1993) também remete o uso histórico do conceito de territorialidade às ciências naturais. Todavia, o autor adiciona elementos para caracterização e compreensão de tal conceito, apontando que a "a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a 'face vivida' e a 'face agida' do poder." (p. 162).

Para Souza (1995), há uma superposição de territórios e territorialidades, que se confundem no espaço. A territorialidade "é um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é sempre uma interação entre seres humanos mediada pelo espaço" (p. 99). O autor procura avançar no debate sobre territorialidade, enfocando a importância da autonomia, e trabalhando a idéia de *territorialidade*

autônoma na busca de alternativas para o desenvolvimento social e espacial.

É fundamental afirmar, neste momento de nossa reflexão, que a territorialidade é *multidimensional*, ou seja, não se revela apenas no circuito da produção, como destaca Ralfestin (1993), apesar de definir a territorialidade como "[...] conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível [...]" (p.160). Como afirma Saquet (2003), é no desenrolar de todas as atividades diárias que a territorialidade se efetiva, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc., resultado e condição do processo de apropriação e produção de cada território, de cada lugar.

Todos somos agentes sociais, não em *sistemas*, mas numa dinâmica relacional, de reciprocidades e contínuo movimento, de contradições sociais, que constituem territórios em diferentes intensidades e formas. Conforme Saquet (2003), as relações são múltiplas, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço relativamente delimitado. Em outras palavras, o território é resultado do processo de produção *do e no* espaço geográfico.

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o "*território nacional*" sob gestão do Estado-Nação.

Uma referência também importante para nossa reflexão, é Santos e Silveira (2002). Para estes, na compreensão do espaço geográfico, as técnicas indicam *como, onde, por quem, porque e para que* o território é *usado*. Os autores sugerem pensar o território no seu papel ativo e não apenas como palco, pois o território, que encontra-se regulado pelo mercado, permite ler as desconhecidas mas feições regionais. Estes autores propõem um *novo* entendimento para o território, considerando que a existência de um país supõe um território, e que este é um nome político para o espaço de um país.

Assim, surge o conceito de *território usado* como sinónimo de espaço geográfico, porém restrito à escala nacional. Para se entender o território usado, é preciso analisar a constituição desse território, ou seja, a constituição de determinado país.

De acordo com Candiotto (2004), o debater sobre o território é extremamente importante para o avanço da ciência geográfica, pois as relações de poder (políticas) e o papel do Estado, são fundamentais para a apreensão do espaço geográfico. Apesar da força da categoria território, entendemos que ainda faltam procedimentos metodológicos que permitam abarcar as relações de poder que influenciam a formação/configuração territorial.

Na literatura brasileira, no nosso entendimento, um dos estudos mais consistentes sobre o debate em relação ao território é desenvolvido por Haesbaert (1995, 1997), que entende o território como “um espaço sobre o qual se exerce um domínio político, e como tal, um controle do acesso” (HAESBAERT 1995, p.168). O autor aponta que existe diferença entre o domínio, que é político, e a apropriação do espaço, que é simbólico-cultural.

Haesbaert (1997), coerentemente, concilia as dimensões política e cultural (identitária), através de seus diferentes graus de correspondência e intensidade, ou seja, acrescenta à questão política do território o caráter cultural, mais subjetivo e simbólico.

[...] o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um *domínio* ou controle politicamente estruturado, mas também de uma *apropriação* que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva. (HAESBAERT, 1997, p.41)

Há, aqui, um destaque às relações simbólicas que cada grupo social mantém com *seu espaço* de vida.

Ao mesmo tempo, também sinaliza para a importância de se estudar as relações capital-trabalho nos estudos territoriais: “É claro que, apesar de priorizarmos este caráter político-cultural na definição

168

de território, seria absurdo sugerir algum tipo de autonomização em relação aos processos econômicos” (idem, p.42). Porém, Haesbaert não avança nesta relação tridimensional: economia-política-cultura. É preciso, portanto, pensar uma articulação que contemple, para cada relação espaço-tempo (momento, período e lugar), uma articulação coerente entre os diferentes elementos das dinâmicas econômica, política e cultural, num jogo de relações recíprocas e complementares.

Rogério Haesbaert avança, no trato desta questão, em um trabalho posterior (2002). Ou seja, ora uma, ora outra dimensão, ou umas dimensões, como afirmamos em Saquet (2004), em cada lugar e momento e/ou período histórico, podem predominar diante das demais. Por isso, é necessário contextualizar os processos territoriais em cada período e lugar, mostrando e compreendendo o que muda e/ou permanece, para cada período e/ou momento e lugar.

Nesta abordagem, não pode-se negar as desigualdades, intimamente ligadas à re-produção da dominação da classe hegemônica e aos territórios efetivados pelos agentes econômicos. De acordo com Saquet (2003 e 2004), as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um campo de forças, um processo social, no espaço geográfico. Na dinâmica econômica, efetivam-se relações de poder. A apropriação e os fluxos/relações/intercorrências se dão econômica, política e culturalmente, formando territórios heterogêneos.

As relações econômicas, na ciranda mercantil, não lutam, pelo contrário, elas se manifestam e se objetivam no lugar. Como afirmara Saquet (2003), é neste (lugar) que o geral se concretiza. E por isso que, sucintamente, apesar de ter um caráter eminentemente desterritorializador, o capital é, simultaneamente, territorializador, incorporando sempre novas forças e valores mercantis ao seu movimento de re-produção ampliada. Neste processo, efetiva-se diferentes redes (geográficas) de circulação e comunicação, que interligam diferentes indivíduos, setores e lugares e, por isso, territórios. Desta forma, efetivam-se, cada vez mais, redes de

169

integração no mercado mundial, que des-re-territorializam constantemente.

Na Geografia, portanto, há de se levar em consideração estes processos socioespaciais, de mudanças, que efetivam-se cada vez mais velozes e complexas, nas se manifestando no espaço e no território. Para tanto, um ponto de partida pode passar, indubitavelmente, pela paisagem, essa entendida como a expressão aparente, não desligada, da totalidade social. A partir do desenho materializado na paisagem, torna-se necessário evidenciar as múltiplas determinações que dão conformação àquilo que até então se manifesta enquanto *aparência*.

Neste encaminhamento, é importante considerar o tempo e sua multidimensionalidade histórico-dialética, tanto o da sucessão (não linear) como o da coexistência. Os processos históricos se manifestam na paisagem, no espaço, no território, condicionam nossa vida diária. Nós, homens, somos espaço geográfico e tempo em movimento, território. Um tempo desigual, mais lento e mais rápido, concomitante; outro, histórico, breve ou mais longo; ambos, vividos e materializados diariamente, na paisagem, no espaço, no território.

Nesse sentido, caminha-se para compreender o espaço geográfico e o território. O primeiro, é produto e condição da contradição dinâmica socioespacial. O segundo, é a expressão concreta/abstrata do espaço produzido a partir da multidimensionalidade de uma rede de relações sociais, econômicas, políticas e culturais, ou seja, de relações de poder. Ao mesmo tempo, o território também é condicionante das relações sociais nos níveis apontados.

Ou seja, há uma dialética entre *idéia* e *matéria*, como afirma Saquet (2004), com base na abordagem gramsciana. Esta dialética significa relação recíproca entre diferentes elementos de nossa vida cotidiana. Tanto as *forças materiais* como as *idéias* têm forma e conteúdo e relacionam-se condicionando-se. Há uma unidade entre a sociedade, o espaço e o território.

Assim, perguntamos: a territorialização está ligada ao processo de produção do espaço geográfico e, ao mesmo tempo, a

espacialização está ligada à construção do território? Há uma indissociabilidade entre estes e outros conceitos da Geografia, que é dada pelo método de *leitura* e pela própria sociedade em suas conexões internas. Para se pensar e efetuar intervenções (projetos e planos alternativos de desenvolvimento, que envolvam a maioria das pessoas) através de propostas participativas, nesta sociedade, é preciso passar pela abstração e, concomitantemente, pelo entendimento das determinações e suas manifestações, seja na paisagem, no espaço, no território, enfim, na vida cotidiana.

Desta forma, pode-se pensar os conceitos de paisagem, espaço geográfico e território como *uma forma* para se compreender as diferentes formas e conteúdos da sociedade e, principalmente, como um ponto de partida, uma referência e reflexão inicial, para mudar as estruturas existentes, pois a informação do/no espaço geográfico se revela enquanto formas e relações de poder. Estas informações podem subsidiar as mudanças e/ou permanências, de acordo com as relações que se estabelecem na organização social. Pensar alternativas para melhoria e/ou superação da lógica socioespacial imposta pelo MCP, nos remete a ler e compreender o espaço e o território, e, necessariamente, a uma *praxis* transformadora desta lógica dominante. Não haverá conquistas sociais sem mudanças profundas nesta lógica.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BERTRAND, G. - 1968 - Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique. Rev. Géograph. Des Pyrénées et du Sud-Ouest, 39 (3): 249-72. Trad. por O. Cruz. Paisagem e Geografia Física Global. Caderno de Ciências da Terra, São Paulo, n. 13, 1972.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na Geografia. In: RIBAS, Alexandre; SPOSITO, Eliseu; SAQUET, Marcos (Org.). *Território e*

- desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão UNIOESTE, 2004, p. 67-86.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Geografia – conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Geografia – conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.165-206.
- Des-territorialização e identidade – a rede “gaúcha” no Nordeste.** Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.
- Concepções de território para entender a desterritorialização.** RJ: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFV, 2002.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- MARX, Karl. *Grundrisse – Lineamentos fundamentais para a crítica de la economia política*. 1857/58 (v. 1 e 2). México: D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- Manuscritos: Economia y filosofía.** Madrid, Alianza Editorial, 1984.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107 / 175-192
- RIBAS, Alexandre et al. Marxismo e Geografia: paisagem e espaço geográfico – uma contribuição para o entendimento da sociedade contemporânea. *Caderno Prudentino de Geografia*, nº21, 1999.

172

- Considerações sobre a geografia e o conceito de território em Friedrich Ratzel. *Revista Faz Ciência*, n.1, v.5, 2003. p.159-174.
- RIBEIRO, A.G. Paisagem e organização espacial na região de Palmas e Guarapava - PR. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH/USP.
- SAQUET, Marcos. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: SPOSITO, Eliseu; SAQUET, Marcos; RIBAS, Alexandre. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004, p. 121-147.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Geografia – conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.

Notas:

¹ Esse texto é resultado de uma série de leituras e reflexões produzidas no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais (GETTER). Também foi apresentado e debatido na II Jornada Científica da UNIOESTE, campus de Toledo/PR, em junho de 2004.

Recebido para publicação em 31 de maio de 2004.

173